



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual  
Infantojuvenil no Território Brasileiro - PAIR

### SUPERVISÃO REGIONAL DO PAIR RELATÓRIO DO MARCO ZERO

<b>REGIÃO MONITORAMENTO:</b>	<b>DE</b>	<b>Porto Velho (Rondônia) e Altamira (Pará)</b>
<b>SUPERVISORA:</b>		<b>Eliane Monteiro Bispo Campelo</b>
<b>TELEFONES:</b>		<b>(61) 8354-3415</b>
<b>E-MAIL:</b>		<a href="mailto:pairgrandesobras@gmail.com">pairgrandesobras@gmail.com</a>

#### 1 - RELAÇÃO DOS ESTADOS E CONVÊNIOS MONITORADOS

UF	Nº do Convênio	Vigência	Instituição Responsável	Data de envio do último relatório
PA	Termo de Cooperação Nº 010/2011-SDH/PR	Iniciado em 2011 com duração prevista de 18 meses	Universidade Federal do Pará - UFPA - PA	-
RO	-	-	-	-

A cidade de Porto Velho apresenta situação peculiar no que se refere à implementação do PAIR; embora continue executando a proposta metodológica, não tem convênio firmado com a SDH/PR.

#### 2 - CIDADES COM A METODOLOGIA DO PAIR IMPLEMENTADA:

##### Rondônia:

- no ano de 2007: Porto Velho e Guajará Mirim

##### Pará:

- no ano de 2007: Altamira, Alenquer, Ananindeua, Belém, Belterra, Breves, Itaituba, Marabá, Marituba, Novo Progresso, Portel, Rurópolis, Salvaterra, Santarém, Soure, Trairão.
- no ano de 2009: Curalinho e Melgaço

#### 3 - CIDADES EM PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO (PARTICIPANTES DO CURSO A DISTÂNCIA) DA METODOLOGIA DO PAIR:

##### Pará:

- no ano de 2011: Monte Dourado e Parauapebas

#### 4 - CONTEXTO LOCAL E IMPACTOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PAIR NAS



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**CIDADES:**

*Nesse item devem ser consideradas, necessariamente, as seguintes informações: Análise da conjuntura atual de cada região (indicadores da região, população, dados sobre crianças e adolescentes, dados da violência sexual contra C.A, dados dos gestores locais, novos cenários pós eleições, existência de ações ou projetos que fazem interface com a proposta metodológica do PAIR (potenciais parceiros), dados sobre contexto das grandes obras e megaeventos para os estados-sede da copa (obras, investimento, nº de trabalhadores etc).*

**PORTO VELHO**

**Dados Gerais:**

Porto Velho - capital de Rondônia é a terceira economia da Região Norte e, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); em 2009, Porto Velho registrou um crescimento de 30,2% no Produto Interno Bruto (PIB), atingindo R\$ 6,6 bilhões. A atividade econômica predominante no município é a do setor de serviços, concentrando 83,8% das atividades, conforme dados do IBGE (2010); deve-se ressaltar, porém, que a economia local conta ainda com a indústria extrativa do minério (como a cassiterita e o ouro), a pesca e a agricultura (produção agrícola: arroz, mandioca, milho e abacaxi).

Possui uma população estimada em 428.527 habitantes, segundo dados do IBGE (IBGE, 2010), sendo a maioria residente na área urbana. A distribuição dos habitantes portovelhense é formada por 91,18% na área urbana, e 8,82% na área rural (IBGE, 2010). Porto Velho conta com o maior percentual de população economicamente ativa da região norte (94,6%) e umas das menores taxas de desemprego do Brasil. Apesar dessa informação, cabe destacar que o programa Bolsa Família atinge 23.636 beneficiários (dado referente a dezembro de 2010).

O IDH da cidade (em 2000) é de 0,763, conforme demonstra tabela abaixo:

Local	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Rondônia	0,66	0,735	0,622	0,683	0,635	0,688	0,724	0,833
Porto Velho	0,71	0,763	0,692	0,728	0,633	0,664	0,806	0,898

Fonte: PNUD, 2011

Vale destacar ainda duas particularidades da cidade:

- a existência de três reservas indígenas: Karitiana, Kaxaraxi e Karipunas. A reserva Karitiana, habitada por cerca de 100 índios, possui 89.098 hectares, e fica localizada a 95 quilômetros da capital, dedicados a agricultura de subsistência (arroz, milho, farinha, etc.). Na reserva já foram construídas casas em alvenaria, depósitos, uma enfermaria e já tem pista de pouso. A reserva Kaxaraxi, com mais de 85 mil hectares, localiza-se na divisa com o Estado do Amazonas, com mais de 100 índios que vivem do extrativismo da castanha e da banana. A terceira reserva indígena é a dos Karipunas, com 2.200 hectares, situada no Distrito de Jacy-Paraná.

- a importância do Rio Madeira, (principal braço direito do rio Amazonas), que banha Porto Velho, já foi grande produtor de ouro, abrigando anualmente 30 mil garimpeiros. Atualmente, uma das grandes



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

obras do PAC consiste no Complexo Hidrelétrico do Madeira (em função, da relevância dessa questão e seus impactos no que se refere à violação dos direitos de crianças e adolescentes, retomaremos esse item posteriormente)

**Eleições municipais e cenário político:**

Mauro Nazif foi eleito prefeito de Porto Velho, pela coligação PDT/PSB, com 142.937 votos (o que representa 63,03% dos votos válidos). No primeiro turno, Mauro Nazif alcançou 44.259 votos, ou seja, 18,99%, contra 57.698 votos dados a seu adversário Lindomar Garçon (apontado como favorito nas pesquisas eleitorais), que obteve 24,76% do total de votos válidos.

Pessoas estratégicas nas secretarias:

- Chefe de Gabinete do Prefeito: Maria de Fátima Pedrozo do Amaral - Assistente Social, ex-chefe de gabinete de Mauro Nazif em Brasília.
- Vice-prefeito: Enéas Rômulo Dalton di Franco - Jornalista, Administrador de empresas, apresentador de tv, radialista, ex-vereador 1989-1990, ex-deputado estadual 1991-1994.
- Coordenador Municipal de Políticas Públicas para a Juventude – CMPPJ: Jonas Minele Soares - Militante de movimentos juvenis, presidente do PDT Jovem. Deve ressaltar que a Coordenadoria Municipal da Juventude está vinculada diretamente ao gabinete do prefeito.
- Secretária Municipal de Assistência Social: Josélia Ferreira da Silva- Professora Universitária, militante da área social.
- Secretário Municipal de Educação: Marcos Rocha - Tenente Coronel da Polícia Militar, Administrador, Analistas de Sistemas, Pós-graduado em Educação, ex-diretor do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. Obs: Tirou o CTPM do 33º lugar para o 1º no Enem.
- Secretário Municipal de Saúde: José Iracy Macário Barros- Médico Demartologista, Médico Sanitarista, foi 1º diretor do Cemeton, diretor da policlínica Oswaldo Cruz, Fundador do Ipam, ex-secretário de saúde, na gestão Chiquilito.

Vale destacar ainda que a câmara municipal de Porto Velho é composta por 21 vereadores, na última eleição municipal 8 foram reeleitos. A composição partidária da câmara é a seguinte: PT tem 4 representantes; PV, PCdoB, PSDB, PP e PSB tem 2 representantes cada; e PR, PSL, PRB, PMDB, PDT, PTB e PTC, um representante cada .

**Dados relacionados à situação das crianças e adolescentes em Porto Velho:**

Segundo os dados do IBGE, a cidade de Porto Velho possui uma população total 428.527 habitantes, sendo 35,87% crianças e jovens; assim distribuídos:

Faixa etária	Total
0 – 4 anos	38.412
4 – 9 anos	38.075
10 – 14 anos	39.306
15 – 19 anos	37.902
<b>Total</b>	<b>153.695</b>

Fonte: IBGE

Do ponto de infra-estrutura nos serviços de saúde e educação, a cidade dispõe da seguinte estrutura:



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Saúde: 69,8% dos estabelecimentos de saúde em Porto Velho são privados, 24,1% são municipais, 4,7% são estaduais e 1,4% são federais
- Educação: 66,6% (247) das escolas são do ensino fundamental; 21,3% (79) são destinadas ao pré-escolar e 12,1% (45) ao ensino médio

**Contexto das Grandes Obras: Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (2002 – 2012):**

A viabilização dos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira (RO) marca o início do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, um projeto considerado estruturante para o país que visa garantir energia elétrica para o atendimento do mercado brasileiro a partir da próxima década. Estas usinas são consideradas o carro chefe do segmento de geração de energia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

O início do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira foi marcado pelos estudos de inventário realizados por Furnas Centrais Elétricas e Construtora Norberto Odebrecht (CNO) em dezembro de 2002. Até agosto de 2007, várias etapas foram cumpridas até culminar na minuta do edital do leilão da Usina de Santo Antônio, aprovado pela diretoria colegiada da ANEEL no dia 14 de agosto. A proposta do edital da primeira usina do Complexo esteve em audiência pública para receber críticas e sugestões do dia 15 até o dia 24 de agosto de 2007.

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira compreende a construção de quatro usinas ao longo do Rio Madeira. Duas delas, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau, estão em território brasileiro, próximas a Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A terceira usina prevista é binacional, chamada de Guajará-Mirim, na fronteira entre Brasil e Bolívia. A quarta usina, Cachuela Esperanza, estará em território boliviano.

Devido ao processo de transformações demográficas, territoriais e sócio-econômicas no Estado de Rondônia, ocasionadas pela construção das Hidrelétricas do Rio Madeira - Santo Antônio e Jirau, o município de Porto Velho (bem como, o distrito de Jaci-Paraná) vem sofrendo os impactos sociais, onde se destaca a questão do abuso e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes.

Cabe salientar que o aumento destes casos está relacionado com o grande número de trabalhadores (homens) contratados para trabalhar neste grande empreendimento e que buscam os “serviços sexuais” de crianças e adolescentes, normalmente em situação de vulnerabilidade social. Estima-se que 17 mil trabalhadores, na grande maioria homens, estão trabalhando diretamente nas obras do Complexo. Segundo dados da Plataforma Dhesca, o número de casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes mais que dobrou entre 2009 e 2010 — passando de 306 para 636, respectivamente. Além das violências sexuais, as crianças e adolescentes de Porto Velho, tem seus direitos violados em função da violência estrutural, que marginaliza crianças, jovens e adultos, não dando acesso aos principais serviços sociais básicos como saúde, educação e assistência social.

**Dados sobre violação dos direitos de crianças e adolescentes em Porto Velho:**

**2008:** No município de Porto Velho, a Delegacia Especializada na Proteção da Criança e Adolescente



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

(DEPCA), registrou no ano de 2008, quase 1700 ocorrências de violência contra crianças e adolescentes, especialmente, casos de abusos sexuais.

**2012:**

- De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), entre janeiro e abril de 2012, o Disque 100 recebeu 34.142 denúncias relacionadas a violações de direitos de crianças e adolescentes.
- A Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) registrou até abril de 2012 em Porto Velho, a abertura de mais de 50 inquéritos de casos de violência sexual contra menores de 14 anos. Em 2011, dos quase 300 inquéritos, 115 também eram da mesma origem.

**2013:** Em Porto Velho, o número de denúncias de crianças e adolescentes em situações de risco ou de exploração sexual durante o período de carnaval aumentou quase o dobro com relação a 2012, segundo o chefe do comissariado do Juizado de Infância e Juventude Raiclin Lima da Silva. Em fevereiro de 2012 foram cerca de 16 denúncias. No período de 5 a 10 de fevereiro foram 30 denúncias registradas pelo Disque 100 e pelo número de plantão do Juizado.

Importante ressaltar que Porto Velho dispõe de um número de telefone para recebimento de denúncias de crianças e adolescentes em situação de risco ou de exploração sexual é o (69) 3217-1264.

**Ações estratégicas e projetos desenvolvidos com vistas ao enfrentamento da violência sexual desenvolvidas em Rondônia (por ordem cronológica):**

**2007-2010:** Projeto: Apoena – “Enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes”, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos, teve como objetivo geral: “Contribuir para o conhecimento da realidade sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e fortalecer política e tecnicamente as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio da implantação do Programa de Ações Integradas e Referencias Contra a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Território Brasileiro – PAIR no estado, priorizando os municípios de Porto Velho (capital) e Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia”. Dentre os principais produtos previstos no projeto, destacam-se:

- Desenvolver uma pesquisa participativa que possibilitasse mapear a violência sexual de crianças e adolescente nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim;
- Realização de 02 oficinas para avaliação dos Planos Municipal e Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim;
- Realização de 02 Seminários para elaboração do Plano Operativo de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes, envolvendo os dois municípios contemplados pelo Projeto;
- Realização de 11 Oficinas para Profissionais da área de Educação, Saúde, Justiça, Assistência e Conselho Tutelar, contemplando os dois municípios do Projeto;
- Desenvolvimento de software para operacionalização do sistema;
- Ordenamento e organização das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados no enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

**2009:** projeto “Capacitando para Transformar”: Fortalecimento do Protagonismo Juvenil e



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas Áreas de Influência do “Complexo Hidrelétrico do Madeira”; foi elaborado em 2009 e apresentado à SDH/PR; no entanto, não foi possível o conveniamento tendo em vista a situação de inadimplência do município com o governo federal. O projeto possuía como objetivo geral: implantar o Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR na cidade de Porto Velho e no distrito de Jaci-Paraná, com vistas à redução da incidência da exploração sexual de crianças e adolescentes na área de influência do Complexo do Madeira.

**2011 - Projeto Girassol** buscava prevenir e enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes na região de influência da obra das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antonio, foi realizado sob a coordenação do Instituto Camargo Corrêa, com a participação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, da Universidade Federal de Rondônia, da Petrobras e da organização Childhood. Entre as tarefas previstas, destacam-se a capacitação de professores no tema e o encaminhamento de vítimas para atendimento. O projeto Girassol teve como objetivo a prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na região de influência da obra da UHE Jirau através do fortalecimento da rede de atenção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes e sensibilização das empresas participantes da obra. Dentre as atividades realizadas estão: capacitação de professores da rede pública de educação e profissionais de saúde do distrito de Jaci-Paraná para atuarem na identificação e estratégias de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes; incentivo ao protagonismo juvenil e a atuação nas ações de prevenção à violência e exploração sexual contra a criança e o adolescente; mobilização da comunidade de Jaci-Paraná, focando os riscos e danos da violência sexual e a exploração do corpo de adolescentes, de forma que crie instrumentos e meios para combater este crime; fortalecimento do CDCA para dar o suporte necessário à execução das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Jaci-Paraná; elaboração de Plano Operativo Local para enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes de Jaci-Paraná.

**2011** – Foi construída a Carta de Porto Velho, documento de pactuação resultante do encontro nacional "O Impacto das Grandes Obras e a Violação de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Desafios para Prevenção da Violência Sexual". O evento foi realizado em 22 de agosto de 2011, em Porto Velho, para tratar da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes em áreas com grandes obras. A proximidade de grandes eventos, como Copa do Mundo, que motivam o aumento do número de empreendimentos de grande porte e participação não só do governo, mas de empresas e sociedade civil para impedir a violação de direitos de meninos e meninas motivaram a Carta de Porto Velho. O texto lembra que o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes tem como um dos objetivos estratégicos priorizar a proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas de desenvolvimento econômico sustentável, inclusive com cláusulas de proteção nos contratos comerciais nacionais e internacionais.

**2012** – iniciadas (no mês de março de 2012) as ações do projeto “Mobilização de adolescentes e jovens para prevenção à violência sexual”, desenvolvido pela Oficina de Imagens em parceria com o Instituto Camargo Corrêa e a Construtora Camargo Corrêa. Em outubro de 2011, dentro do escopo do projeto, foram realizados encontros com professores de três escolas, sendo duas municipais e uma estadual, além da apresentação do projeto para os familiares dos alunos. A coordenadora técnica da Oficina de Imagens, Paula Kimo e a educadora Danúbia Cardênia foram responsáveis pela condução dos trabalhos. Além da apresentação do projeto, também foram realizadas duas oficinas, uma voltada para crianças e



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

outra para adolescentes até 16 anos. O tema das primeiras formações foi memória e identidade do distrito de Jacy-Paraná, localizado em Porto Velho. “As formações envolveram a produção de fotos e visitas a locais históricos e a pontos valorizados pelos meninos e meninas”, destaca Paula Kimo. Todas as atividades foram realizadas em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos (CDCA).

**2013** – Projeto intitulado: “Capacitação das Redes de Proteção no Contexto das Grandes Obras e Megaeventos”; que será implementado pelo Instituto Aliança; tem como objetivo geral “capacitar agentes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD/ Redes para o enfrentamento da exploração sexual em contextos de grandes obras, megaeventos e fronteiras, para o estabelecimento de processos emancipatórios das vítimas, bem como estabelecer um processo de formação de meninos e meninas vítimas de exploração sexual na perspectiva de seu empoderamento e inserção socioproductiva, enquanto estratégia de enfrentamento da violência”. (Esse projeto será desenvolvido em Porto Velho/RO, São Luís/MA e Maceió/AL).

**Rede Local:**

A rede local de Porto Velho é composta pelo seguintes atores: CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), “Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Juizado da Infância e da Juventude, Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, Ministério Público, Delegacia Especializada de Proteção à Crianças e Adolescentes, Delegacia Especializada de Apuração de Atos Infracionais, o CDCA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) Maria dos Anjos, Conselho Tutelar I e II, Hospital Infantil Cosme Damião, Polícia Militar, Polícia Civil e escolas da rede pública estadual de ensino.

**ALTAMIRA**

A região de Altamira sofre de um abandono estrutural crônico, um processo de atrofia econômica e consequentemente social, pois não foram feitos investimentos necessários para a região, uma vez que a infraestrutura é precária. A cidade ainda não dispõe de acessos pavimentados, pois a única rodovia utilizada para chegar ao município é a Rodovia Transamazônica (BR-230), que teve seu processo de pavimentação interrompido na década passada, o que deixa o município por um longo período (principalmente no período das chuvas) incomunicável por malha rodoviária, corroborando com o pouco desenvolvimento industrial. As principais atividades econômicas do município estão baseadas na agricultura (arroz, cacau, feijão, milho, pimenta-do-reino); na extração de borracha e castanha-do-pará e na pecuária.

Possui uma população estimada em 94.624 habitantes, segundo dados do IBGE (IBGE, 2010), sendo a maioria residente na área urbana. A distribuição dos habitantes de Altamira é formada por 72,57% na área urbana, e 24,77% na área rural (IBGE).

O IDH da cidade (em 2000) é de 0,737, conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Local	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 1991	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Altamira	0,625	0,737	0,619	0,661	0,622	0,752	0,633	0,797

Fonte: PNUD/2011

Deve-se destacar que apresentar os dados sociais e ambientais de Altamira implica necessariamente em dar evidência a existência de povos indígenas na região da cidade:

- grupo indígena Arara: este grupo teve seu território cortado ao meio pela abertura da rodovia Transamazônica, foi contactado pela FUNAI nos anos de 1981 e 1983. Mantem hoje uma aldeia (Laranjal), atualmente formam uma população de 263 índios, falam um língua classificada como pertencente ao tronco linguístico karib e residem na Terra Indígena Arara, com 274.010 hectares, área esta demarcada, homologada e registrada.

- grupo indígena Assurini: este grupo foi contactado no ano de 1976, na margens do igarapé Ipiacava, foi deslocado após contato para a margem do rio, onde está localizada a Aldeia Koatinemo. Durante longo tempo, este grupo decidiu não mais se reproduzir permanecendo com uma população bastante reduzida, situação que impulsionou a FUNAI a realizar um trabalho de recuperação demográfica. Em 2011, sua população somava 161 indígenas. Falam a língua do tronco linguístico Tupi. Residem na Terra Indígena Koatinemo, com 387.834 hectares, demarcada, homologada e registrada.

- grupo indígena Parakanã – grupo indígena dissidente do grupo da região do Itacaiúnas. Este grupo foi contactado pela FUNAI em 1983/1984. Conhecidos como destemidos guerreiros, atacou vários outros grupos na região, como os Xikrins e os Araweté, antes do contato com a FUNAI. A população em 2011 era de 392 indígenas, divididos em 3 aldeias, falam a língua Tupi. Residem na Terra Indígena Apyterewa, com 733.000 hectares, demarcada e homologada.

- grupo indígena Araweté: contactado pela FUNAI em 1977 e durante o contato, teve a população reduzida consideravelmente, em razões de surtos epidêmicos. Considerado como um grupo de características nômades, possuíam aldeias em vários locais. Hoje, estão divididos em 06 aldeias, distribuídas ao longo do rio Xingu e igarapé Ipixuna, perfazendo uma população total de 330 índios (em 2011) que falam a língua Tupi. Habitam a Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna, com superfície de 980.939 hectares, demarcada, homologada e registrada.

- grupo indígena Kararaó : contactado na década de 70, é um dos grupos com menor população da região de Altamira, residindo em uma aldeia, na margem esquerda do rio Iriri, totalizando, em 2011, 57 índios. São falantes do tronco linguístico Gê e seu território indígena está demarcado, homologado e registrado, num total de 330.000 hectares.

- grupo indígena Arara da Cachoeira Seca: foi contactado em 2007 e seu histórico confirma a proximidade familiar com os Arara do Laranjal. Também falam a língua karib, em 2011 possuía uma população de 87 índios. Residem a Terra Indígena Cachoeira Seca, com uma superfície de 734.000 hectares. (Em 2011 a Terra Indígena Cachoeira Seca estava sendo demarcada).

- grupo indígena Xipaya: foi contactado na década de 40, havendo poucos registros sobre o fato. Muitos membros deste grupo, atualmente, vivem nos perímetros urbanos ou localidades ribeirinhas, em relações matrimoniais com não-índios. Não falam mais o idioma tradicional do grupo – o Tupi. Um grupo de 95 remanescentes indígenas residem na Terra Indígena Xipaya, com 177.671 hectares, terra demarcada e homologada, divididos em 2 aldeias (localizadas nas proximidades do Entre-rios – Curuá e Iriri).

- grupo indígena Kuruaya: como os Xipaya, tiveram seu contato ainda na década de 40. Registram-se casamentos entre a população indígena dos dois grupos (Kuruaya e Xipaya) e com não-índios. Muito vivem em perímetros urbanos e na região ribeirinha dos rios Iriri, Xingu e Curuá. Residem numa aldeia no rio Curuá na Terra Indígena Kuruaya, demarcada e homologada com uma superfície de 166.000 hectares.





SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*Não falam mais o idioma tradicional do grupo – o Tupi.*

*- grupo indígena Juruna: contactado também na década de 40, residem na chamada Volta Grande do Xingu. Da mesma forma dos Xipaya e Kuruaya, não falam a língua materna do grupo. Muitos juruna residem na cidade de Altamira e nos beiradões. Residem na Terra Indígena Pakisamba, com 4.434 hectares, demarcada, homologada e registrada, no entanto, em 2011 eram realizados estudos para revisão de limites de seu território. Segundo estudos realizados, é um dos grupos mais diretamente atingido pelos impactos da hidrelétrica de Belo Monte. A população somava, em 2011, 123 índios, divididos em 2 aldeias.*

*- grupo indígena Arara da Volta Grande: apesar de residirem na região da Volta Grande desde o século XIX, este grupo indígena somente foi oficialmente reconhecido pela FUNAI no ano de 2007, quando tiveram os limites de suas terras definidos em 25.000 hectares. Em 2011, esta área foi demarcada e viviam cerca de 108 remanescentes indígenas, não mais falantes da língua falante. Segundo os relatórios, como os juruna, serão os mais diretamente atingidos pela construção da hidrelétrica de Belo Monte.*

Fonte: As informações sobre os grupos indígenas da região de Altamira foram extraídas de documento elaborado em junho de 2011, por Nerci Caetano Venturao - técnico indigenista/FUNAI

#### **Eleições municipais e cenário político:**

Domingos Juvenil Nunes de Sousa foi eleito prefeito de Altamira, pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com 19.494 votos (o que representa 41,65% dos votos válidos).

Pessoas estratégicas nas secretarias:

- Vice-prefeito: Joel Mendes Oliveira
- Secretária de Trabalho e Promoção Social: Rute Barros Sousa
- Secretário Municipal de Educação: Suely Silva Rodrigues
- Secretário Municipal de Saúde: Waldecir Aranha Maia

Vale destacar ainda que a câmara municipal de Altamira é composta por 15 vereadores. Do ponto de vista de legendas partidárias, a câmara municipal é composta da seguinte forma:

<b>Partidos</b>	<b>Total</b>
DEM - Democratas	1
PMN - Partido da Mobilização Nacional	1
PTN - Partido Trabalhista Nacional	1
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	2
PDT - Partido Democrático Trabalhista	1
PT - Partido dos Trabalhadores	1
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	1
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	3
PP - Partido Progressista	1
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	1
PR - Partido da República	1
PTN Partido Trabalhista Nacional	1
<b>Total</b>	<b>15</b>



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

### **Dados relacionados à situação das crianças e adolescentes em Altamira:**

Segundo os dados do IBGE, a cidade de Altamira possui uma população total 99.075 habitantes, sendo 37,43% crianças e adolescentes; assim distribuídos:

Faixa etária	Total
0 – 4 anos	9.294
4 – 9 anos	9.132
10 – 14 anos	9.208
15 – 19 anos	9.445
<b>Total</b>	<b>37.079</b>

Fonte: IBGE/2011

Do ponto de vista da infra-estrutura nos serviços de saúde e educação, a cidade dispõe da seguinte estrutura:

- Saúde: 54,1% dos estabelecimentos de saúde (total de 33) em Altamira são municipais, 29,5% são privados (18), 11,5% são federais (7) e 4,9% são estaduais (3).
- Educação: 67,2% (117) das escolas são do ensino fundamental; 27% (47) são destinadas ao pré-escolar e 5,7% (10) ao ensino médio.

### **Contexto das Grandes Obras: Hidrelétrica de Belo Monte:**

Segundo projeto elaborado pela Universidade Federal do Pará: *“O quadro social de Altamira tende a se agravar com o projeto de construção da UHE Belo Monte. Relatório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) dimensiona que aproximadamente 44.409 pessoas serão impactadas pela barragem, sendo: 26.406, Altamira; 6.220, Anapu; 4.463, Brasil Novo; 2.824, Senador José Porfírio; 4.496, Vitoria do Xingu. Em Altamira, serão 21.059 pessoas na região urbana e 5.347 na região rural, a maior parte do setor rural das pessoas que moram na Volta Grande do Xingu (VGX). Nos bairros serão atingidos moradores do Centro (9.361 pessoas); Esplanada do Xingu (1002 pessoas); Jardim Independente II (1652 pessoas); Brasília (1.403 pessoas); Boa Esperança (1.068 pessoas); Sudam I (993 pessoas); Ibiza (1.601 pessoas); Bela Vista (195 pessoas); Bairro Alberto Soares (1790 pessoas); Nova Altamira (1.994 pessoas), mas outros bairros, como Mutirão e Invasão dos Padres, também sofreram impactos socioambientais consideráveis, sobretudo os ligados ao aumento populacional e de criminalidade”.*

O projeto destaca os impactos da construção da UHE Belo Monte nas condições de vida das populações urbanas, mas ressalta ainda os impactos dessa construção nas aldeias dos povos Arara e Juruna na Volta Grande do Xingu. O projeto alerta que *“atualmente são 110 pessoas membros da aldeia dos Juruna e 98 da aldeia dos Arara. Também serão afetadas as comunidades ribeirinhas de Arroz Cru, Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ramal das Penas e Ressaca, entre outras comunidades tradicionais de famílias ribeirinhas e de agricultores familiares que também dependem do rio e de seu ecossistema para sua subsistência, e por conta do grande projeto serão afetadas de maneira permanente e irreversível”.*

Além dos impactos ambientais, destacam-se os impactos sociais que a construção da Usina traz para a região. Reportagens e denúncias apontam que o tráfico de drogas também aumentou na região. Entre 2011 e 2012, a polícia apreendeu uma quantidade doze vezes maior de cocaína e nove vezes maior de crack na cidade de Altamira, que é a mais afetada pelas obras de instalação da usina. Para a polícia local, o aumento da população da cidade a partir do início das obras tem relação direta com o



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

crescimento do tráfico de drogas e da exploração sexual. Nos anos de 2011 e 2012, a população aumentou em 46 mil habitantes, dos quais 16 mil são contratados e outros quatro mil são subcontratados do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM)

**Dados sobre violação dos direitos de crianças e adolescentes em Altamira:**

**2009-2010:** Segundo o projeto elaborado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), as “crianças e os adolescentes da região são vítimas reais ou em potenciais da sociedade autoritária e impune quando se trata da violação sistemática dos direitos humanos”. Essa afirmação pode ser sustentada com base nos dados de atendimentos do Conselho Tutelar de Altamira e do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

**Tabela 1. Violência contra a criança e o adolescente em Altamira/PA**

N.	Tipos de Casos	2009	2010
1	Abandono por pais ou responsáveis	27	28
2	Negligencia dos pais ou responsáveis	69	88
3	Maus tratos	32	44
4	Adolescentes em conflito com a lei	19	77
5	Conflitos familiares	85	83
6	Espancamento	21	39
7	Fuga de domicílio	29	44
8	Crianças e adolescentes fora da escola	16	39
9	Crianças e adolescentes sem certidão de nascimento	38	20
<b>10</b>	<b>Abuso e exploração sexual</b>	<b>29</b>	<b>43</b>
11	Gravidez na adolescência	33	07
12	Dependente químico	-	04
13	Negligencia profissional	08	04

*Fonte: Dados apresentados no projeto elaborado pela Universidade Federal do Pará (UFPA)*

**2011:** Na esteira da epidemia que explodiu em Rondônia com as obras das usinas de Jirau e Santo Antonio, Belo Monte também está se tornando um vetor de crimes de violência sexual contra a criança e o adolescente. Segundo dados do Conselho Tutelar de Altamira, somente no primeiro trimestre deste ano foram registrados 32 casos. Em 2009, foram denunciados 28 casos e em 2010, 42.

**2013:** Em Altamira, no mês de fevereiro, foi denunciado esquema de tráfico para fins sexuais de mulheres, incluindo adolescentes, que eram mantidas em cárcere privado em uma boate localizada em um dos canteiros de obras da Usina de Belo Monte. Essa denuncia ganhou destaque na mídia nacional e mobilizou várias instituições, tais como: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED; Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA; Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI; Rede ECPAT Brasil Pelo Fim da Exploração, Abuso Sexual e Tráfico de Crianças. Essas instituições elaboraram nota pública reiterando que as Redes Nacionais já tinham afirmado em dois documentos entregues ao Governo Federal, em 2011 e 2012, que as grandes obras de infraestrutura, a partir do modelo escolhido pelo país já traziam graves violações de direitos humanos, sobretudo na vida de crianças e adolescentes e suas famílias. E também, exigiram imediata



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

adoção de iniciativas de proteção às vítimas, responsabilização e reparação dos direitos violados, chamando ao processo de reparação os atores públicos e privados responsáveis por tais violações, incluindo a responsabilidade civil coletiva dos envolvidos.

**Ações estratégicas e projetos desenvolvidos com vistas ao enfrentamento da violência sexual desenvolvidas no Pará (por ordem cronológica):**

**2009:** Projeto PAIR/Guarani, organizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) do governo do estado do Pará, numa parceria com o Instituto IPAS, Prefeitura Municipal de Altamira e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com vistas a implementação do PAIR.

**2010-2011:** Projeto Crescimento com Cidadania para Crianças e Adolescentes, executado pela Associação Brasileira Terra dos Homens, em parceria com a SDH/PR. Tinha como objetivo sistematizar e disseminar o processo de articulação, integração e sensibilização das áreas de responsabilidade social corporativa na prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes como forma de política de recursos humanos. Durante os dois anos (2010 e 2011), o projeto estimulou as áreas de responsabilidade social, comunicação e áreas afins, com a perspectiva de inserir no planejamento das empresas ações contínuas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, com a sensibilização de mais de 26 mil trabalhadores de toda cadeia produtiva por meio de campanhas, outdoors, folhetos, cartilhas e palestras. As 4 grandes empresas responsáveis por obras de grande impacto e contempladas com o projeto foram: Santo Antônio Energia (Porto Velho/RO); Vale (Parauapebas/PA); Petrobras (Itaboraí/RJ) e Itaipu Binacional (Foz do Iguaçu/PR).

**2011:** Projeto: Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Tem por objetivo geral Fortalecimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – PAIR em 1 (um) município da região do rio Xingu/PA, assim como contribuir com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes para o enfrentamento da violência sexual por meio da metodologia inovadora das Rodas de Diálogo em 3 (três) municípios da região do rio Xingu/PA, todos afetados pelos impactos socioambientais da UHE Belo Monte. Um dos objetivos específicos do referido projeto é implementar a metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR) na região de Altamira com foco especial na área que será atingida pela construção da UHE Belo Monte, com público-alvo de 620 pessoas – 180 participantes do Simpósio; 60 participantes da capacitação da rede; 380 participantes da campanha de sensibilização – participantes das etapas do PAIR. **(Projeto em execução)**

**2012:** Assinatura do Pacto pela Infância e Adolescência: Representantes dos Conselhos Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Estadual do Pará, e dos municípios do Xingu, Governos Federal e do Estado, além do Ministério Público, UNICEF e sociedade civil organizada, assinaram um Pacto pela Infância para o enfrentamento aos impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O documento foi assinado ao final de dois dias de encontro, ocorrido durante a 211ª Assembleia Ordinária Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda), ocorrida em Altamira (PA), entre os dias 18 e 19 de outubro de 2012.



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Rede local e potenciais parceiros:**

Fundação Tocaia, UEPA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Altamira (CMDCA/Altamira), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), SOS Vida, Núcleo de Atendimento Especialização à Criança e ao Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Pará (NAECA/DPE), Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA), GEABI/Altamira e AIDH.

**5 - RESUMO DAS AÇÕES PROGRAMADAS E IMPLEMENTADAS:**

Levando em consideração as fases:

- I. Articulação Política Institucional
- II. Construção dos Diagnósticos Rápidos Participativos
- III. Construção dos Planos Operativos Locais
- IV. Capacitação
- V. Pacto com a sociedade
- VI. Assessoria Técnica

Obs: As células deverão ser preenchidas com **Totalmente realizado**, **Parcialmente realizado** ou **Não realizado**.

Quando **Parcialmente realizado**, identificar o número de municípios onde a fase já está contemplada.

Convênio - UF	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI
Porto Velho - RO (2007-2010)	X	X	X	X	X	X
Altamira - PA Termo de Cooperação Nº 010/2011-SDH/PR	X	X (realizado em 2009 ainda no contexto do projeto PAIR/Guarani)	X (construído em 2010 no projeto PAIR/Guarani, revisto em 2011 no âmbito do novo projeto)			

**5.1 - INFORMAÇÕES QUE JUSTIFIQUEM O ATUAL ESTÁGIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAIR NAS CIDADES (AVANÇOS, DIFICULDADES E DESAFIOS):**

Considerando que não conseguimos, durante o processo de elaboração desse relatório, ter acesso aos relatórios que relatassem o atual estágio da implementação do PAIR nas cidades, uma das ações prioritárias no processo de monitoramento será levantar as informações sobre os avanços, resultados, dificuldades e desafios para a implementação da metodologia nas cidades de Porto Velho e Altamira.

**5.2 - PRODUTOS E INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO SITE DO PAIR:**

Convênio - UF	Produtos e Informações
---------------	------------------------



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

<b>Porto Velho - Rondônia</b>	
Projeto Apoena	Projeto Apoena - 2007; Plano Operativo Local -2010; Resumo do chat assessoria técnica - 2010
Projeto Grandes Obras	Projeto “Capacitando para Transformar”: Fortalecimento do Protagonismo Juvenil e Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas Áreas de Influência do Complexo Hidrelétrico do Madeira - 2009 <i>(esse projeto apesar de estar disponibilizado no site do PAIR não foi financiado, em decorrência da situação de inadimplência da cidade com o governo federal).</i>
<b>Altamira - Pará</b>	
Projeto PAIR/Guarani	Plano de Ação da Assessoria Estadual (set. 2009)
Projeto Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (Termo de Cooperação Nº 010/2011-SDH/PR)	-
<b>Informação relevante: Porto Velho, atualmente, não tem convênio firmado na área de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com a SDH/PR.</b>	
<b>5.2 - PRODUTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER DISPONIBILIZADAS NO SITE DO PAIR:</b>	
<b>Convênio - UF</b>	<b>Produtos e Informações</b>
<b>Porto Velho - Rondônia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DRP;</li> <li>• POL 2009;</li> <li>• relatórios de monitoramento das ações do POL;</li> <li>• sistematização das capacitações;</li> <li>• relatórios técnicos;</li> <li>• relatórios e produtos das assessorias técnicas;</li> <li>• Carta Porto Velho 2011;</li> <li>• Plano Assessoria Técnica 2010;</li> <li>• relatórios de pesquisas realizadas;</li> <li>• Publicações, peças de campanhas realizadas (folders, cartazes)</li> </ul>
<b>Altamira - Pará</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Básico;</li> <li>• DRP;</li> <li>• POL;</li> <li>• relatórios de monitoramento das ações do POL;</li> <li>• sistematização das capacitações;</li> </ul>



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

	<ul style="list-style-type: none"><li>• relatórios técnicos;</li><li>• relatórios e produtos das assessorias técnicas;</li><li>• relatórios de pesquisas realizadas;</li><li>• Publicações, peças de campanhas realizadas (folders, cartazes)</li></ul>
--	---

**6 - COMENTÁRIO GERAL SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS EM CADA CIDADE E NA REGIÃO:**

**Porto Velho:**

Segundo Plano de Ação das Assessorias Estaduais, elaborado em setembro de 2009, as seguintes etapas do PAIR haviam sido realizadas em Porto Velho e Guajará-Mirim:

- a) DRP – concluído e sistematizado. Em setembro de 2009, estavam realizando o retorno as instituições do eixo de Defesa e Responsabilização para a realização do pré-teste do banco de dados que obedece aos critérios de tabulação contidos no questionário do PAIR relativos a caracterização da violência sexual.
- b) Execução e conclusão das oficinas de capacitação. Em setembro de 2009, estavam sendo elaborados relativos ao material didático-pedagógico utilizado com o fito de publicação;
- c) Execução e conclusão do plano operativo local (POL) com a eleição e composição da Comissão de Monitoramento Local do POL;
- d) Assinatura do “Pacto com a Sociedade” envolvendo Município e Estado;
- e) Elaboração e conclusão do banco de dados eletrônico. Em setembro de 2009, estavam na fase de pré-teste em sete instituições do eixo de Defesa e Responsabilização.

**Altamira:**

Segundo o projeto elaborado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), a etapa de realização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) aconteceu em 2009 (nos meses de outubro e novembro) dentro do contexto do Projeto PAIR/Guarani, organizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) do governo do estado, numa parceria com o Instituto IPAS, Prefeitura Municipal de Altamira e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Em fevereiro de 2010, foi realizado o Seminário de construção do Plano Operativo Local (POL), “*porém, desde então, a SEJUDH não retornou com os dados do POL, e o mesmo ficou no “esquecimento” político, sobretudo depois da mudança da gestão do governo estadual*”. O POL foi resgatado, em agosto de 2011, pelos representantes das instituições municipais, devido elaboração do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelo Ministério Público Estadual que exigiu da Prefeitura Municipal de Altamira a finalização e implementação do POL. Ainda segundo o projeto, “*em agosto de 2011, o POL foi finalizado em uma manhã e depois aprovado em audiência pública, mas sem a garantia de que as outras ações do PAIR (capacitação da rede, assessoria especializada e monitoramento, entre outras) serão realizadas, pois não há recursos no município, e tampouco no governo estadual, para bancar as demais ações necessárias para garantir a efetividade do PAIR em Altamira*”. Diante desse cenário, foi elaborado o projeto Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pela Universidade Federal do Pará que buscava articular as instituições e os recursos financeiros para a consecução das demais etapas do PAIR ainda pendentes em Altamira. Esse projeto ainda está em execução e, no período de elaboração do relatório do marco zero, não tivemos acesso aos relatórios produzidos.



## 7 - ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS PELA SUPERVISORA REGIONAL:

As ações estratégicas que devem orientar o processo de monitoramento em Porto Velho e Altamira devem ser:

- retomar os contatos institucionais, priorizando o CMDCA e identificar os parceiros estratégicos para a implementação do PAIR (identificação das referências locais, incluindo o ponto focal do Comitê Nacional e novos atores no contexto das grandes obras – representação dos empresários e das associações dos trabalhadores);
- complementar e atualizar as informações existentes com vistas a aprofundar o conhecimento sobre o contexto local, principalmente no que se refere aos impactos das grandes obras (Complexo Hidrelétrico do Madeira e UHE Belo Monte), e etapa atual em que se situa o PAIR localmente;
- orientar e acompanhar a inclusão de documentos e produtos referenciais no portal do PAIR;
- identificar dificuldades e entraves para implementação do PAIR localmente, considerando o contexto das grandes obras, com vistas a construção conjunta de um plano de ação.

## 8 – ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O levantamento e a sistematização de informações para elaboração desse relatório de marco zero apontam para três questões centrais:

- que a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, sem dúvida, trouxeram impactos no que se refere a violação de direitos de crianças e adolescentes em Porto Velho;
- que a situação de exploração de crianças e adolescentes em Altamira agravou-se com a construção da UHE Belo Monte;
- que ações e projetos tem sido desenvolvidos com vistas a prevenir e/ou minimizar esses impactos.

Dessa forma, o desafio atual centra-se no resgate de todo o processo vivido com vistas a identificação dos resultados alcançados; socialização das lições aprendidas; mobilização e inclusão de novos atores, considerando o contexto das grandes obras; e planejamento de ações futuras. Reforçando nesse contexto o papel central do CMDCA como responsável no processo de elaboração e controle das políticas públicas voltadas a promoção, defesa e controle dos direitos de crianças e adolescentes.

## 9 – LISTAR TODOS OS DOCUMENTOS CONSULTADOS PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO MARCO ZERO

*Importante listar os projetos, relatórios técnicos, relatórios do DRPs, POLs, planejamento e produtos das assessorias técnicas, dentre outros documentos que serviram de subsídio para elaboração do relatório.*

### **Porto Velho (Rondônia)**

Projeto Apoena - 2007;

Projeto “Capacitando para Transformar”: Fortalecimento do Protagonismo Juvenil e Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas Áreas de Influência do “Complexo Hidrelétrico do Madeira 2009;

Plano Operativo Local - 2009;





SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Plano Assessoria Técnica - 2009;  
Plano Operativo Local - 2010;  
Resumo do chat assessoria técnica - 2010;  
Carta Porto Velho - 2011;  
Estudos de Viabilidade do AHE JIRAU (Relatório final 2004);  
Decreto N. 12.876 (27.12.12) – Detalhamento da Despesa para o exercício financeiro de 2013 (Prefeitura Municipal de Porto Velho);  
Site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Velho  
Site oficial do IBGE e PNUD  
Site oficial da Associação Brasileira Terra dos Homens  
Projeto Capacitação das Redes de Proteção no Contexto das Grandes Obras e Megaeventos (Instituto Aliança)

**Altamira (Pará)**

Plano de Ação da Assessoria Estadual – 2009  
Termo de Referência (projeto técnico): Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (2011).  
Termo de Cooperação Nº 010/2011–SDH/PR  
Documento: Informações Gerais sobre os indígenas de Altamira – PA: elaborado por Nerci Caetano Ventura – técnico indigenista/FUNAI – 2011  
Documento: Pacto pela Infância e Adolescência  
Site oficial da Prefeitura Municipal de Altamira  
Site oficial do IBGE e PNUD

<b>Data:</b>	10 de Março de 2013
<b>Responsável pelo Monitoramento:</b>	Eliane Monteiro Bispo Campelo